



CAMPANHAS ELEITORAIS

Senador Wilder tem projeto que põe fim a promessas sem orçamento

NOS GRANDES DEBATES

Marconi defende em artigo liderança do Brasil Central



CERRADO



Goiânia, SÁBADO, 20 de agosto de 2016

- www.wildermorais.com.br
- facebook.com/wildermorais
- instagram.com/wildermorais
- twitter.com/wildermorais



NEY MATOGROSSO

Atento aos sinais

TEATRO RIO VERMELHO

A voz virtuosa de Ney Matogrosso

WELLITON CARLOS

Goiânia recebe neste sábado, 20, um dos maiores intérpretes da música popular brasileira. Em turnê pelo Brasil, Ney Matogrosso traz o show “Atento aos Sinais” para a cidade, a partir das 21h, no Teatro Rio Vermelho.

Ney é um leitor de grandes canções brasileiras, que hipnotiza os fãs com suas principais características: uma voz aguda natural, potente e cheia de expressão nos harmônicos.

No repertório deste sábado, ele escala composições de Itamar Assumpção, Criolo, Paulinho da Viola, Caetano Veloso e Vitor Ramiel.

A ideia de mesclar novos compositores e os mais experientes não é nova, mas abre espaço para que canções contemporâneas cheguem na indústria da música, ampliando, assim, o repertório brasileiro de canções conhecidas.

Ney se insere no grupo dos grandes intérpretes brasileiros, lugar ocupado, por exemplo, por Cauby Peixoto, Edson Cordeiro, Emílio Santiago e os cantores masculinos da era do rádio.

Espécie de contrapeso à Elis Regina, outra intérprete história, Ney é o que mais procurou inovar, não deixando de lado nem mesmo a música erudita, como quando reverenciou Heitor Villa Lobos com um disco destinado a ele, “O cair da tarde” (1997).

Neste sábado, composições como “Vida Louca” (Lobão), “Fico Louco” (Itamar Assumpção), “Roendo as Unhas” (Paulinho da Viola) e “Oração” (Dani Black) ganham novas tonalidades, rearranjos harmônicos diferentes (muitas vezes acrescentando acordes ao original) e uma melodia mais virtuosa e brilhante.

PALCO

Ney Matogrosso sobe no palco com o tecladista e diretor do espetáculo Sacha Amback, percussionistas Marcos Suzano e Felipe Roseno, baixista Dunga, guitarrista André Valle, trompetista Aquiles Moraes e o trombonista Everson Moraes.

Filho de um militar, nascido no interior do Mato Grosso do Sul, o cantor rompeu aos 17 anos com o pai. “Imagina o que eu tive que enfrentar. Ele queria me submeter. Queria que eu fosse ele. Eu disse não. Saímos na porrada mesmo. Ele me expulsou de casa”, narra o cantor em uma entrevista.

Ney diz que depois se reconciliou com o pai. Mas ir para a rua aos 17 anos o obrigou a fazer “apenas as coisas em realmente que acredita”.

Cai bem ao artista a androginia, extravagância e o exotismo. É um artista temperamental, na medida em que age menos pelos impulsos do mercado e mais pelo interesse em expressar seus próprios sentimentos.

A equipe do “Cerrado” já viu o show de Ney em São Paulo e adianta que o espetáculo revela um cantor performático e interessado em expressar cada palavra que é dita e cantada. Em “Vida Loca”, sua voz aguda se contrasta com os metais, que repetem riffs e dão orientação para a interpretação.

Um dos principais integrantes da seminal banda Secos & Molhados (1973-1974), detentora do hit “Sangue Latino”, Ney se aventurou em vários estilos, caso do rock progressivo, MPB, samba e pop.

“Oração” é interpretada com todo o clima misterioso despertado pela harmonia. As guitarras wah wah dialogam com os metais, enquanto Ney recita: “Faço fé pra poder ver/ A vida há de ser sempre mais/ Peço aos céus para me defender”.

O passar dos anos não atrapalhou a voz do cantor. Os falsetes soam claros numa tessitura alta, próxima de mezzo-soprano. Existe ainda hoje uma discussão se o que Ney faz é ou não falsete. Acredita-se que não seja uma técnica, mas a voz natural do cantor. Com esta característica, a voz de Ney é praticamente única no universo musical brasileiro, com um colorido que chama atenção pela expressividade.

O show deste sábado foi registrado em CD e DVD pela Som Livre. Além das músicas citadas nesta notícia, outras como “Amor” (Secos & Molhados) e “Poema” (Cazuza/Frejat) se destacam em um registro único do cantor performático.



SERVIÇO
Ney Matogrosso - “Atento Aos Sinais” -
Comemoração 40 anos de carreira
Data: 20 de Agosto
Horário: 21h
Local: Teatro Rio Vermelho
Duração: 90 minutos

CONTAS PÚBLICAS

Projeto do senador Wilder prevê que candidato só deve realizar proposta vinculada à lei orçamentária

WELLITON CARLOS

Uma proposta de modificação da legislação orçamentária pode obrigar candidatos a vincularem suas promessas de campanha ao Plano Plurianual e demais documentos relacionados às contas públicas. O espírito da lei, diz o senador Wilder Moraes, é fazer com que o político não prometa o que é impossível cumprir. A proposta consta do projeto de Lei Complementar 203/16 apresentado pelo parlamentar.

O artigo 126 da proposta requer que seja modificada a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições. Até 2009, a lei não se referia a nenhuma obrigatoriedade do candidato apresentar propostas. Ele poderia ser eleito apenas com o poder econômico e a atenção às regras eleitorais. Depois, a Lei nº 12.034/09, instituiu que as "propostas defendidas pelo candidato a Prefeito, a Governador de Estado e a Presidente da República" devem constar no pedido de registro, conforme manda o artigo 11 da Lei 9.504/97.

Com a modificação proposta por Wilder no mesmo inciso, o candidato deve instruir o pedido de registro com o "programa de Governo proposto pelo candidato a Prefeito, a Governador de Estado e a Presidente da República, organizado segundo a estrutura e conteúdo definidos para o plano plurianual nos termos da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º".

Wilder afirma que é preciso articular o político com a legislação sobre contas públicas. "Não adianta ficar prometendo o que não pode cumprir. E o Plano Plurianual tem como característica essa organização e planejamento de médio prazo", diz.

Ao lado da Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA), o Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento das contas públicas do Brasil.

Previsto no artigo 165 da Constituição Federal e regulamentada pelo Decreto 2.829, de 29 de outubro de 1998, ele se caracteriza por ser um plano de médio prazo. No PPA existem diretrizes, objetivos e metas

que devem ser cumpridos pelos chefes do executivo no período de quatro anos.

Enquanto a LOA e LDO tratam do orçamento anual, o PPA diz respeito ao que pretende o gestor para aquele ano em exercício.

O Plano Plurianual é diferente: obriga o candidato ficar atento ao que foi anteriormente estipulado. Por isso é aprovado por lei quadrienal cuja vigência tem início no segundo ano de um mandato até o final do primeiro ano do mandato seguinte.

Assim, o PPA abrange dois mandatos, fazendo com que o governante realize uma gestão integrada ao antecessor. Wilder diz que o mais interessante desta vinculação legal é que o candidato eleito terá a obrigação de dar prosseguimento aos programas de duração continuada.

Desta forma, o gestor eleito deve realizar investimentos nos programas estratégicos previstos na redação do PPA. Mais conceitual do que os demais regramentos orçamentários, o PPA sugere as linhas gerais dos investimentos públicos.



AGÊNCIA SENADO

Wilder diz que político precisa conhecer a legislação sobre contas

FUTURO DO PAÍS

Em artigo, Marconi afirma que Brasil Central protagoniza grandes debates

A2 | o Estado

Mato Grosso do Sul | Campo Grande - MS | Sexta-feira, 19 de agosto de 2016

Opinião
leitor@oestadoms.com.br



O Brasil Central é, irrefutavelmente, um dos maiores pilares da economia brasileira

Marconi Perillo, governador de Goiás e presidente do Consórcio Brasil Central

A liderança do Brasil Central

Marconi Perillo

O Brasil passa por um novo momento político, no qual as discussões sobre as disparidades econômicas e sociais entre os diferentes Estados e regiões têm ganhado muita força em Brasília, como resultado da disposição do presidente Michel Temer em dialogar com o país e de uma geração de governadores experientes e atuantes.

Os governadores do Brasil Central –cujo consórcio tenho a honra e a enorme responsabilidade de presidir– estão na dianteira desse processo de interlocução com o governo federal. Juntos, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Tocantins e Rondônia inseriram temas de extrema relevância para o país na pauta política e econômica nacional. Em mais este encontro do Fórum de Governadores, hoje, em Bonito, teremos a oportunidade de aprofundar a formulação a articulação desses temas.

Quando aceitamos o desafio feito pelo economista Mangabeira Unger de fundar o Consórcio Brasil Central, tínhamos como meta a construção de um novo federalismo. Nessa caminhada, tínhamos a imprescindível missão de fortalecer as discussões sobre as disparidades tributárias e as discrepâncias regionais, que travam o crescimento econômico de nossos Estados, apesar de

sua imprescindível participação no superavit da balança comercial brasileira.

Pouco mais de um ano após sua criação, o Consórcio Brasil Central se consolidou como o principal proponente da pauta política, econômica e social do país. Graças ao fórum, muito bem representado por seus parlamentares, a Presidência da República e o Congresso Nacional abriram a discussão de temas ex-

O Consórcio Brasil Central se consolidou como o principal proponente da pauta política, econômica e social do país

tremamente relevantes para a valorização não apenas do Brasil Central, mas de todas as regiões do país. Entre os mais relevantes, estão a renegociação da dívida dos Estados com a União, a formulação de uma nova política nacional para a segurança pública e reformulação do Pacto Federativo.

Graças à competência dos governadores e à união inquebrável de esforços, o Consórcio Brasil Central auferiu respeito e credibilidade no debate político-econômico e

impulsionou debates como o do Projeto de Lei Complementar 257/2016, que trata da renegociação da dívida dos Estados. Trata-se de um pleito emergencial dos governadores, que precisam readequar as despesas às receitas, de modo a garantirem os recursos necessários para fomentar o desenvolvimento econômico e humano.

O Brasil Central é, irrefutavelmente, um dos maiores pilares da economia brasileira. Nossa região produz mais de 50% dos alimentos do Brasil e é responsável por grande parte da pauta de exportações. Mesmo assim, ainda sofremos os efeitos nefastos das disparidades econômicas e das perdas na arrecadação de tributos –o que é comprovado pela Lei Kandir e pelo FEX (Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações), que não vêm compensando as perdas dos nossos Estados.

Temos plantado boas sementes ao avançarmos nessas discussões, mas sabemos que a caminhada é longa e árdua. Em conjunto com nossos deputados estaduais, deputados federais e senadores, levamos nossa luta para efetivar um novo federalismo, que busque fortalecer as regiões e construa um país mais justo, livre de desigualdades regionais e pleno em desenvolvimento econômico.

Governador de Goiás e presidente do Consórcio Brasil Central

SENADOR WILDER NA MÍDIA

Jornal do Senado

4

Brasília, sexta-feira, 19 de agosto de 2016

Comissão vota relatório sobre MP da parceria de investimentos

A comissão mista encarregada de analisar a medida provisória que criou o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) deve votar relatório sobre o texto na segunda-feira, às 16h. A MP 727/2016 teve a vigência prorrogada até 8 de setembro e tramita em regime de urgência.

O PPI foi criado nos primeiros dias do governo interino de Michel Temer com o objetivo de agilizar as concessões públicas, sob o argumento de que é preciso eliminar entraves burocráticos e excesso de interferências do Estado.

O programa lista empreendimentos públicos de infraestrutura a serem executados pelo setor privado. Segundo o governo, isso garante segurança jurídica aos investidores privados, estabelece regras estáveis e fortalece o papel regulador do Estado e a autonomia das agências reguladoras para expandir a oferta de infraestrutura.

A medida também criou o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e autorizou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a constituir e participar do fundo de apoio à estruturação de projetos.

Correções

A medida estabelece como dever dos órgãos governamentais a atuação de forma coordenada para que a viabilização dos empreendimentos do PPI ocorra “de forma uniforme, econômica e em prazo compatível com o caráter prioritário nacional do empreendimento”.

O relatório do senador Wilder Moraes (DEM-GO) destaca “o grave momento atual” que demanda “urgentes correções de curso” para tirar o país da forte recessão. O texto também reconhece a “incapacidade” da União de estados, municípios e Distrito Federal fazerem



Wilder Moraes (E), ao lado de Julio Lopes, acredita que medida combate a recessão

frente aos investimentos para recuperar e aprimorar a infraestrutura nacional.

“Um país não pode almejar ao pleno desenvolvimento de sua economia sem contar com uma infraestrutura minimamente adequada a tais ambições. E o ritmo de investimento em infraestrutura nos últimos

anos tem sido muito aquém do necessário não apenas para atender às necessidades de uma economia que precisa crescer, como até mesmo para repor a natural depreciação do capital”, ressalta o relator.

Com alterações na redação original, Wilder apresentou substitutivo em que acolheu

total ou parcialmente quatro emendas: uma delas, da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), propõe restrições a privatizações, no âmbito do PPI, de estatais como Petrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Transparência

Emendas dos deputados Pauderney Avelino (DEM-AM) e José Carlos Aleluia (DEM-BA) visam dar maior transparência à atuação da Secretaria do PPI, facultando ao Congresso o acesso aos dados dos empreendimentos em andamento, com encaminhamento de relatório anual sobre as ações.

Também foi acatada parcialmente emenda do deputado Julio Lopes (PP-RJ), presidente da comissão mista, para permitir que o poder público receba e analise contribuições não solicitadas sobre possíveis novos empreendimentos do programa.

Alô Senado 0800 612211

www.senado.leg.br/jornal

VIDA
MULHER

cevam.vidamulher@gmail.com

(62) 3213-2233

www.cevamgo.com

CEVAM | 35 ANOS
CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA MULHER
CONSUELO NASSER

Goiânia, Goiás – 21/08/2016 – Nº 122

Agosto é o mês em que se renovam as lutas do Cevam

Há 14 anos, Goiás enterrava Consuelo Nasser, jornalista, advogada, mãe e feminista. Mulher de luta que não poupou esforços para se reinventar todas as vezes que protagonizava batalhas titânicas em defesa das suas convicções.

Por vezes, eram lutas inglórias, que lhe minavam as forças e lhe extenuavam as esperanças. Entretanto, ela costumava justificar as caminhadas, ensinando que não existiam lutar perdidas, apenas batalhas que não deveriam ser pugnadas.

No entanto, nunca desistiu de acalentar a confiança de que um dia seria possível homens e mulheres conviverem fraternalmente. De natureza irrequieta, construiu uma personalidade incapaz de comungar com a injustiça e o desrespeito físico e psicológico entre os gêneros. Nos últimos 11 anos de vida, Consuelo Nasser se dedicou, exclusivamente, à luta do Centro de Valorização da Mulher (Cevam), entidade que idealizou, ajudou a fundar. Em abril de 1981, e pela qual trabalhou laboriosamente.

Recentemente, depois de diversas reuniões e consultas, o Conselho Consultivo do Cevam, recomendou à direção da entidade que deixas-

se a praça pública e conquistasse um espaço na sala do poder, onde seria capaz de fazer avançar o processo de pacificação entre os gêneros, a partir de políticas públicas exequíveis, coletivas e de ações transparentes.

É por isso que o Cevam, neste ano de 2016, participará ativamente da campanha eleitoral como protagonista e não mais coadjuvante. A meta é qualificar o debate sobre a necessidade de se superar o distanciamento feminino da política, da economia, do lazer, da vida. Se estivesse viva, Consuelo Nasser não titubearia em aceitar o papel, pois sempre vislumbrava na política a serra perfeita para se trabalhar por mudanças efetivas e comunitárias.

“Recusamo-nos a continuar com o papel secundário, pelo qual sempre fomos procuradas para apoiarmos e elegermos, mas nunca nos convidaram para governar. Essa história termina aqui”, desabafa a diretora financeira do Cevam, Dolly Soares, para quem o mês de agosto deixa de ser uma referência da dor pela perda de Consuelo Nasser e se transforma em marco de resistência e luta.



Apenas 12% do total de vereadores em Goiás é de mulheres. Empenhe-se para mudar essa realidade.